
Crítérios de noticiabilidade na cobertura de temas humanitários: Care Internacional e a metáfora do sofrimento em silêncio ¹

Kamila LOVIZON²
Universidade Metodista de São Paulo

Resumo: O artigo visa identificar em que medida o jornalismo humanitário pode romper com os critérios de noticiabilidade adotados pelo jornalismo internacional. Para alcançar esse objetivo, adota-se a metodologia da análise documental (FLORES, 1994; CALADO & FERREIRA, 2004) de quatro edições anuais do relatório *Suffering in Silence*, da Care Internacional. O aporte teórico está amparado no campo do jornalismo humanitário (SCOTT, MEL, WRIGHT, 2018) e das teorias do jornalismo, com foco nos valores-notícia (TRAQUINA, 2005; WOLF, 1995). Os resultados apontam que a prática do jornalismo humanitário pode contribuir para retirar as crises humanitárias da invisibilidade ou opacidade midiática (VICTOR, 2018; VICTOR e SANCHES, 2020), uma vez que consegue romper com os critérios da cobertura factual dessas crises. al.

Palavras-chave: Jornalismo humanitário. Crises humanitárias. Critérios de noticiabilidade. Reportagens continuadas. Care Internacional

1 Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

2 Jornalista com atuação em questões humanitárias. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), sob orientação da Professora Dra. Cilene Victor, e membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions. Bolsista CAPES. E-mail: lovizonkamila@gmail.com

Introdução

Uma das principais fontes de informação para se saber mais a fundo sobre a realidade das populações que demandam ajuda e assistência humanitária são os portais das organizações humanitárias atuantes nesses cenários. Pouco presentes nos veículos da chamada grande imprensa, as questões humanitárias geralmente dependem de acontecimentos mais factuais e proeminentes para que se tornem notícia. Isso inibe uma cobertura mais continuada, atenta ao que Victor (2018) chama de ciclo de vida das guerras, conflitos armados, desastres e outras emergências humanitárias que, todos os anos, vitimam milhões de pessoas em todo o mundo.

A cobertura baseada no imediatismo torna o pós-factual invisível aos olhos da sociedade e, conseqüentemente, dos formuladores de políticas públicas atentas à garantia dos direitos humanos e civis das vítimas dessas tragédias sociais. Nem sempre a opinião pública e a sociedade têm conhecimento do que ocorre no ciclo de vida dessas situações e crises humanitárias. Tragédias e outros acontecimentos que geram comoção em massa, de maneira intensa, porém fugaz, são comercialmente mais apelativas do que notícias sobre a luta das vítimas desses eventos por um recomeço e espaço na sociedade. O início de uma tragédia, seja um desastre ou um conflito armado, ganha notoriamente mais espaço e destaque nos telejornais, nas páginas de jornais e, conseqüentemente, nas mídias sociais, do que o cotidiano traduzido como “normal”.

Informações sobre o cotidiano das vítimas das crises humanitárias são mais invisibilizadas, mas também, na lógica do que se passou a chamar de ‘indignação seletiva’, algumas novas tragédias tendem a cair naquilo que Bauman (2016) chama de “véu da normalidade”, deixando, portanto, de chamar a atenção da mídia e da opinião pública.

Alguns desastres, guerras e conflitos são ignorados ou subestimados pela mídia internacional, como constata o relatório *Suffering in Silence*, da Care Internacional. Essa constatação é o que move a presente pesquisa, cujos resultados corroboram a importância do jornalismo humanitário para reverter esse cenário em que a violação dos direitos humanos tem sido perpetuada pela opacidade ou invisibilidade midiática.

Crise humanitária

Nos últimos anos, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem feito referência à atual crise humanitária como a maior e mais complexa já enfrentada pela instituição desde o final da Segunda Guerra Mundial. E foi durante a Primeira Cúpula Mundial Humanitária, em 2016, na Turquia, que a ONU passou a reforçar ainda mais essa mensagem, tentando fazê-la alcançar e sensibilizar a sociedade e as lideranças políticas mundiais (VICTOR, 2020).

Faz-se necessário, no entanto, resgatar as definições de crise e emergência humanitárias adotadas pela ONU e os seus Estados-membros:

Crise humanitária é definida como um evento ou uma série de eventos que representam uma ameaça crítica à saúde, segurança, proteção e ao bem-estar de uma comunidade ou de outro grande grupo de pessoas, geralmente em uma área ampla. Conflitos armados, epidemias, fome, desastres naturais e outras grandes emergências podem envolver ou levar a uma crise humanitária que se estenda além do mandato ou capacidade de qualquer agência. Emergência humanitária é uma crise em grande escala que destrói as vidas de indivíduos e comunidades e sobrecarrega sua capacidade de lidar com o problema (ONU, 2018, tradução livre nossa).

Deve-se acentuar que a ONU, com suas respectivas agências, programas e fundos, foi criada exatamente pra evitar, ou minimamente inibir, guerras, conflitos e outras formas que culminam com a violação generalizada dos direitos humanos e civis e que, nestes últimos anos, têm feito apelos para impedir que o sofrimento de milhões de pessoas seja ignorado.

As crises humanitárias são agrupadas em três categorias: desastres naturais, como terremotos, furacões e estiagens prolongadas; desastres causados pelo homem, exemplo das guerras e conflitos; e emergências complexas “quando os efeitos de uma série de eventos ou fatores impedem que uma comunidade tenha acesso às suas necessidades básicas”, o que inclui “o acesso à água, comida, abrigo, segurança e cuidados de saúde” (ONU, 2018, online).

A Federação Internacional da Cruz Vermelha, uma das principais organizações humanitárias do mundo, entende emergências complexas como:

Violência extensiva e perda de vidas; deslocamento de populações, danos generalizados a sociedades e economias; necessidade de assistência humanitária multifacetada e em larga escala; impedimento ou prevenção da assistência humanitária por meio de restrições políticas e militares; e riscos significativos de segurança para os trabalhadores de assistência humanitária em algumas áreas (IFRC, 2018, tradução livre nossa).

O livro “Crises humanitárias e o papel do Brasil”, de Médicos sem Fronteiras (MSF, 2016), apresentado pela então diretora-geral da organização, Suzana de Deus, traz a abordagem das causas das crises humanitárias, o que ocorre durante elas e os interesses daqueles que querem solucioná-las, mas são os mesmos que as provocam. Enquanto algumas dessas crises se fizeram manchetes, há outras que mal se tornam notícia.

Com base nos dados do Global Humanitarian Overview (GHO), publicado pelo Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UNOCHA, 2020), o financiamento humanitário total necessário para 2020 foi previsto em 28,8 bilhões de dólares para atender um número de 108,8 milhões de pessoas prioritárias, do total de 167,6 milhões em necessidade, isso sem considerar os impactos da Covid-19. Em 2019, o valor estimado foi de 29,7 bilhões de dólares para atender 117,4 milhões de pessoas prioritárias, do total de 166,5 milhões, mas só foram alcançados 15,96 bilhões, o correspondente a 54% do valor necessário.

Estudiosos, pensadores e intelectuais como Bauman (2001), Guidens, Lash e Beck (2012) alertaram que desde o final da década de 1990, em especial, o mundo parecia segurar uma bomba relógio, ou, em outras palavras, já anunciava as turbulências que marcariam as primeiras décadas do século XXI, como as crises humanitárias e os seus desdobramentos.

Critérios de noticiabilidade na cobertura humanitária

O conceito de noticiabilidade, de acordo com Nelson Traquina (2005, p. 63), pode ser definido como o “conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia”. O autor também apresenta os critérios de noticiabilidade como um conjunto de valores-notícia que determinam se “um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia” (TRAQUINA, 2005, p. 63).

A partir da experiência de campo desta pesquisadora em cenários de emergências e crises humanitárias, é possível corroborar a ideia de que os critérios de noticiabilidade são mais fortes de acordo com as narrativas em sequências cotidianas da realidade apresentada, baseada na vivência do profissional em campo. Um exemplo do que esta pesquisadora vivenciou no primeiro semestre de 2018, atuando na Organização Humanitária Internacional Fraternidade sem Fronteiras, foi o deslocamento em massa de migrantes venezuelanos para o Brasil, passando pela fronteira terrestre da cidade de Pacaraima, caminhando por dias até a chegada na capital do estado de Roraima, Boa Vista.

Com a missão de produzir materiais audiovisuais, reunir informações mais detalhadas, em profundidade, porém, mesmo com a apuração jornalística, era difícil de entender e construir o início e o desenrolar do problema de acordo com as fontes que se permitiam filmar, com receio de represálias. A falta de condições de sobrevivência, como a segurança alimentar, não era o único problema daquelas pessoas, elas também fugiam do autoritarismo, da prisão, por se tornar desertores em abandonar seu país, onde também fugiam por medo. Na oportunidade, houve conversa com algumas famílias, entre elas uma que prosseguia de Pacaraima até Boa Vista. Mãe, quatro filhos e dois genros caminharam três noites adentro em seu país até chegar na fronteira brasileira. A próxima etapa era continuar mais dois dias de caminhada até a capital do estado fronteiriço e pedir auxílio na sede local da Polícia Federal.

Nenhum dos entrevistados conseguiu definir o que se passava em seu país. Atualmente, alguns ainda percorrem esse mesmo trajeto e após dois anos da primeira viagem à Roraima, muitos venezuelanos continuam morando nas ruas brasileiras. E quem são esses rostos? Onde e como eles estão? Como está Roraima hoje? Por que praticamente não se fala mais dos venezuelanos no Brasil? Eles deixaram de ser notícia?

Scott, Mel e Wright (2018), ao falarem sobre a intervenção da mídia como interligação importante com o fato conflituoso, questionam o que leva as várias formas de sofrimento humano a se tornarem pauta nas coberturas jornalísticas de forma mais significativa que outras consideradas ‘de menor relevância’. Em resposta à própria indagação, os autores afirmam que "a toada das notícias humanitárias. (...) estudos no campo do jornalismo humanitário revelam que um pequeno número de crises "high profile" ocupam grande parte da cobertura noticiosa, enquanto outras seguem marginalizadas, apesar de suas proporções". (SCOTT, MEL; WRIGHT, 2018, online, tradução nossa).

A partir de pesquisas qualitativas sobre a atuação da cobertura midiática nessas situações, Scott, Mel e Wright (2018) afirmam que “o volume de matérias e a atenção conferida pela mídia não estão intimamente correlacionados com a gravidade das crises ou o número de pessoas afetadas, mas sim com a importância geopolítica e proximidade cultural com a opinião pública hegemônica Ocidente/Norte”.

É importante, no entanto, resgatar o conceito de jornalismo humanitário como aquele que está “de acordo com um entendimento mais abrangente do humanitarismo, como uma ética da bondade, benevolência e simpatia estendida universalmente e imparcialmente a todos os seres humanos" (SCOTT, 2017, online).

Diante de emergências humanitárias, a sociedade tende a demandar da imprensa um olhar mais atento que possa reduzir o sofrimento humano em larga escala, considerando como prioridade a defesa em prol da vida humana. Toda história de vida pode ser notícia para o jornalismo humanitário.

Análise documental do relatório *Suffering in Silence*

A CARE é uma líder global dentro de um movimento mundial dedicado a salvar e preservar vidas, aquém de objetivos políticos, comerciais, militares, étnicos ou religiosos. A organização internacional que promove a proteção do espaço humanitário oferece assistência com base na necessidade, independentemente de raça, credo ou nacionalidade, onde segue um conjunto de princípios de programação no trabalho de emergência, reabilitação e desenvolvimento de longo prazo. Os princípios da CARE estão alinhados com os de muitas outras agências humanitárias, promovendo o

empoderamento, trabalhos em parcerias, prestação de contas, discriminação de endereços, resolução não violenta de conflitos e busca de resultados sustentáveis.

Segundo o documento de Política de Avaliação da CARE Internacional, Política desenvolvida pelo Grupo de Trabalho do Programa da CARE Internacional (CI PWG), os Escritórios Nacionais têm a responsabilidade primária de planificar e supervisionar a realização das avaliações de projetos, assim como a sua disseminação e utilização, em colaboração com o órgão de gestão regional e/ou Membros da CI em causa e unidades técnicas visadas. Em consulta com os doadores, eles determinam o tempo, âmbito, natureza, intensidade, e metodologias a serem usados, em linha com estas políticas de avaliação da CARE e orientações acompanhantes.

Segundo a CARE, nunca antes o jornalismo se fez tão necessário e nunca dependeu tanto da contribuição de cada um dos leitores. A organização, em seu relatório de 2018, afirma que com tantos tipos diferentes de desastres e conflitos repetidamente ignorados pela mídia ano após ano, a questão que permanece é o que pode ou deve ser feito para trazer soluções, desde ações simples a tentativas criativas para iluminar essas crises esquecidas e transformar a situações de sofrimento de milhões de pessoas.

O reconhecimento da prática do jornalismo humanitário como parte do trabalho da equipe nas ações em campo, nas situações emergenciais, citado em seus relatórios, algumas etapas que inibem a cobertura jornalística e que, com a participação presente dos profissionais da área, pode ajudar nessa temática das crises esquecidas (CARE, 2019). Abaixo estão listados os trechos de algumas etapas:

- **Acesso à mídia**

Embora o acesso humanitário permaneça no topo da agenda da maioria das organizações de ajuda para garantir passagem para funcionários e suprimentos, segurança e acesso também continuam sendo os principais desafios para os jornalistas.

- **Relatórios fora da caixa**

Isso também significa que a mídia precisa comunicar tais diferenças e soluções únicas, e continuar a fornecer uma imagem precisa às necessidades humanitárias em campo.

- **Invista em comunicações como uma função central de trabalho humanitário**

Com orçamentos apertados e difícil acesso aos afetados das áreas, as organizações de ajuda enfrentam o desafio de entrega rápida e eficiente de ajuda, empregando especialistas relevantes para garantir a qualidade da ajuda dos programas e relatórios aos doadores e ao público. Mas as histórias da mídia são diferentes de um relatório de doadores. É necessário encontrar ângulos de notícias, pesquisas feitas, entrevistas organizadas e histórias escritas. Sem porta-vozes treinados em campo, as ONGs não desempenham seu papel no relato de crises negligenciadas. É importante que as agências de ajuda invistam em treinamentos com especialistas em comunicação e mídia que possam aproximar o contato com o público através da mídia, especialmente em crises negligenciadas. Eles não apenas ajudam os meios de comunicação a contar as histórias, mas também são os que pedem ação e fundos necessários. Tudo isso precisa ser considerado parte integrante do trabalho de emergência. Sem um foco em comunicações e mídia, corre-se o risco de as crises serem ignoradas.

A mídia tem um papel fundamental a desempenhar em um plano humanitário. Uma situação de crise vai além da divulgação da ocorrência de um desastre, ou de qualquer crise instalada. Quando populações lutam por necessidades e direitos básicos, a mídia pode fornecer um recurso crucial básico, a informação (CARE, 2019). Segundo Wolfgang Jamann, Secretário Geral e CEO da CARE Internacional, “essas crises humanitárias não são simplesmente esquecidas. Elas são deliberadamente ignoradas e negligenciadas pela atenção dos líderes mundiais (CARE, 2019, online)

As crises humanitárias se repetem, são subestimadas todos os anos, algumas crises inclusive estão presentes em quase todos os relatórios da CARE, mas não ocupam as páginas dos jornais. Para Victor e Sanches (2020), há uma predominância nos critérios de noticiabilidade que, por exemplo, se repetem em regiões como África e Oriente Médio.

Para investigar esse fenômeno, esta pesquisa realizou a análise documental dos relatórios dos últimos quatro anos da CARE, de 2016 a 2019, conforme descrito na tabela a seguir. Entre as 40 crises, 10 citadas por ano pela organização, oito delas se mantêm nas listas pelo menos três anos dos quatro avaliados. São menosprezadas sem continuidade de sua situação, tornando-as distante e esquecidas, o que dificulta uma possível maior ajuda humanitária. Os motivos das crises humanitárias são diversos,

desde insegurança – conflitos armados ou guerras – doenças, desastres, mudanças climáticas, seca e outros por distância (fora do radar), como citados nos relatórios. Ainda existem as crises que não aparecem, não por não permanecerem na lista pelos quatro anos, ou mais, mas por ainda se encontrarem na invisibilidade das lentes da imprensa internacional.

TABELA DAS CRISES RELATÓRIOS ANUAIS DE 2016 A 2019

Países em crises humanitárias	Anos que permanecem nos relatórios	Motivos causadores da crise humanitária
República Centro Africana	2016 - 2017 - 2018 - 2019	Conflito armado e fora do radar (distância)
República D. do Congo	2016 - 2017 - 2018	Violência, desnutrição, epidemias e desastres
Eritreia	2016 - 2017 - 2019	Fome, Seca, repressão e fora do radar (distância)
Burundi	2016 - 2017 - 2019	Conflito político, perseguição e violência e instabilidade
Madagascar	2016 - 2017 - 2019	Fome, seca e mudanças climáticas
Sudão	2016 - 2017 - 2018	Conflitos, secas e enchentes (13 anos de guerra)
Bacia do Lago Chade (Camarões, Chade, Níger e Nigéria)	2016 - 2017 - 2019	Conflito armado, fome, seca, enchente e deslocamento
República Popular Democrática da Coreia	2016 - 2017 - 2018	Fome, sem comida, opressão e portas trancadas

Fonte: CARE International

Com o intuito de aprofundar o trabalho nos motivos da falta de reportagens continuadas sobre o cotidiano de crises humanitárias e, conseqüentemente contribuir com a prática do jornalismo humanitário, a análise documental detalhou e observou a importância de mais espaço para a imprensa acerca dos aspectos que permeiam a cobertura das situações de crises humanitárias. Este trabalho, reunindo apenas quatro relatórios de uma única organização, demonstra os resultados, já apontados pela CARE, da ausência ou presença da informação para a construção da representação midiática dos acontecimentos e seus desdobramentos sociais.

Para Callado e Ferreira (2004, p.3), a pesquisa documental permite determinar a investigação de determinada problemática, de forma indireta, por meio do estudo dos

documentos que são produzidos pelo homem e por isso revelam o seu modo de ser, viver e compreender um fato social. Essa discussão também objetiva balizar a pesquisa documental não como uma técnica ou procedimento de coleta de dados, mas sim como método de pesquisa.

Os documentos são fontes de dados brutos para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação (FLORES, 1994)

Os resultados podem ser estendidos para coberturas de situações humanitárias mais próximas, como a Venezuela e mesmo as locais, no Brasil, como as situações de emergências de catástrofes ambientais. Quantas delas faltaram acompanhamento jornalístico após o momento do caos, os primeiros dias dos desastres, como se encontram hoje, meses ou um ano após cada notícia factual.

Jornalismo humanitário como alternativa aos valores-notícia

São milhões de vítimas da fome, dos conflitos armados, das guerras civis, da violência generalizada, dos desastres e das mudanças climáticas. Embora o sofrimento humano seja o retrato de milhões de pessoas em várias partes do mundo, agências humanitárias denunciam que esse sofrimento tem seguido em silêncio, resultado da omissão e da indiferença dos meios de comunicação. Segundo Victor (2016), é urgente a construção de um jornalismo capaz de reduzir o sofrimento humano e, sobretudo, impedir que ele se dê em silêncio e na opacidade e, assim, não consiga provocar ou sensibilizar a opinião pública e esta, por sua vez, demandar políticas públicas na área.

O jornalismo deve estar presente. Furar critérios de noticiabilidade histórica e culturalmente ainda preservados em boa parte da imprensa ocidental. Se nem todo fato ou acontecimento é uma notícia, a mesma lógica parece ser adotada ao falar sobre o sofrimento humano, uma vez que nem todas as dores do mundo são noticiadas. Em alusão à Victor (2016), seria, então, o jornalismo humanitário a principal rota de fuga para tirar esse tema da invisibilidade ou da opacidade?

Há certa ingenuidade em condenar a mídia por não transparecer a verdade ou reportar fatos imparcialmente. Na abordagem do sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman, a principal crítica à imprensa diz respeito à dissimulação sistemática de certos fatos e no potencial de intensificação que se apresenta a partir da atribuição de significados que traduzem as informações divulgadas e ocultas em uma narrativa “compreensível” ao público, criando uma representação midiática deturpada da realidade (VICTOR, 2020) Percebe-se a urgência de conectar a realidade do mundo.

Victor e Guerra (2018) refletem sobre os critérios de noticiabilidade para a cobertura da crise humanitária:

Não encontra eco nos critérios tradicionais de noticiabilidade. E é por isso que a cartografia da sua opacidade pode ser explicada pela “rotina tediosa da normalidade”. A urgência de combater e denunciar a violação dos direitos humanos das populações mais vulneráveis não é uma novidade para os formuladores de políticas públicas nem para nós jornalistas. No jornalismo, algo que acontece com muita frequência pode cair na banalidade. À medida que o sofrimento humano se prolonga, ele passa a ser tratado midiaticamente como algo normal, naturalmente aceitável. Algumas importantes iniciativas, no entanto, sugerem impedir ou reduzir a omissão do jornalismo nesses cenários e driblar os valores-notícia.

Para Martin Scott (2017), há três definições iniciais de notícias humanitárias: aquelas que cobrem crises humanitárias e seus atores; as que adotam uma ética humanitária; e as notícias como práticas humanitárias.

Com base nessa noção, o jornalismo humanitário se norteia pelos princípios de independência e neutralidade ao mesmo tempo em que reforça uma atuação mais ativa da mídia para equalizar conflitos, dando espaço para discussões sobre possíveis soluções ou voz para os que até então não a tinham. O jornalismo humanitário, então, pode ser compreendido "de acordo com um entendimento mais abrangente do humanitarismo: como uma ética da bondade, benevolência e simpatia estendida universalmente e imparcialmente a todos os seres humanos" (SCOTT, 2017, online).

Considerações finais

A leitura de uma das frases do livro baseado no "O Diário de Anne Frank"(1929-1945), da jovem judia vítima dos nazistas, “Como é extraordinário ninguém precisar esperar um momento específico para melhorar o mundo”, somada à experiência desta pesquisadora na prática do jornalismo humanitário, em situações inimagináveis no continente africano, estigmatizado pela normalidade de sua realidade, foi o que impulsionou o desenvolvimento deste trabalho.

O desenvolvimento da dissertação de mestrado, em curso, do qual esta pesquisa foi recortada, não contemplaria a realidade vivida, pesquisada e contestada por vários outros profissionais e pesquisadores experientes na área, e até mesmo o grande público, que ainda pouco conhece os assuntos que englobam crises humanitárias, seja por distanciamento informativo ou por falta de sequência do mesmo. Neste caso, foi preciso deixar de olhar tais situações de perto para estudar na teoria a dimensão e as diversas faces da vulnerabilidade. Tornou-se costume silenciar a invisibilidade.

A invisibilidade das perdas humanas e dos danos materiais causados por tragédias, sobretudo as que acometem um número menor de pessoas, está evidenciado no relatório *Suffering in Silence*, produzido pela CARE Internacional, sobre as crises humanitárias mais subestimadas pela imprensa a cada ano. Se as crises humanitárias que acometem um grande número de pessoas são invisíveis para a imprensa, com seus critérios de noticiabilidade, o que dizer dos desastres cotidianos que não se encaixam nesses critérios?

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. Ezio Mauro. **Babel. Entre a incerteza e a esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CALADO, Silvia dos Santos; FERREIRA, Silvia Cristina dos Reis. **Análise de documentos: método de recolha e análise de dados**. 2004. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf>
- CARE. care-international.org. “**Suffering in Silence**”: New CARE report highlights top 10 crises that received little to no media attention in 2019, 2020. Disponível em: <<https://www.care-international.org/news/press-releases/suffering-in-silence-new-care-report-highlights-top-10-crises-that-received-little-to-no-media-attention-in-2019>>. Acesso em: 3 maio 2020.
- FLORES, J. **Análisis de datos cualitativos Aplicaciones a la investigación educativa**. Barcelona PPU, 1994.
- GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva – política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 2012
- Médicos sem Fronteiras. 2016. **Crises humanitárias e o Papel democrático do Brasil**. https://www.msf.org.br/publicacoes/livro_crises_humanitarias_e_o_papel_brasil.pdf. Acesso em: 08 maio 2020.

- OCHA, Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários. **Dez crises para recordar enquanto o mundo luta com o COVID-19**. Disponível em: <<https://www.unocha.org/story/ten-crises-remember-world-battles-covid-19>>. Acesso em: 03 Maio. 2020.
- SCOTT, Martin. **What makes news humanitarian?** The dilemmas of reporting on suffering. In: Public Media Alliance. Maio de 2017. Disponível em: <https://www.publicmediaalliance.org/what-makes-news-humanitarian/>>. Acesso em: 10 maio 2020.
- SCOTT, Martin; BUNCE, Mel; WRIGHT, Kate. **The state of Humanitarian Journalism**. Norwich, England: University of East Anglia. 2018. Disponível em: <http://humanitarian-journalism.net/wpcontent/uploads/2018/10/7_Humanitarian-News-Report.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2020.
- SANCHES, Lilian. **A cobertura de ataques terroristas na sociedade em rede: Os atos em Mogadiscio e Paris na perspectiva de cinco veículos jornalísticos**. Dissertação de Mestrado. São Bernardo do Campo. Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), 2019.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Volume 1: Porque as notícias são como são**. Insular: Florianópolis, 2005.
- UNOCHA, **Global Humanitarian Overview: 31 July 2020**. https://www.unocha.org/sites/unocha/files/GHO_Monthly_Update_31JUL2020.pdf
Acesso em: 03 Outubro 2020.
- VICTOR, Cilene; SANCHES, Lilian. Crise Humanitária e os Deslocamentos Internos por Conflitos e Desastres sob a Lentes do Jornalismo Humanitário e de Paz. In. **Prometeus – Journal of Pholosphy**. v. 12, n. 34, Sep-dec, 2020, p. 225-245
- VICTOR, Cilene. 2018. **A opacidade do sofrimento humano decorrente de desastres sob perspectiva do jornalismo humanitário**. Folios, revista de la Facultad de Comunicaciones en la Universidad de Antioquia, Medellín, 2018.
- VICTOR, C. GUERRA, W. **Crise humanitária: entre a invisibilidade e a cacofonia digital**. In: SANTAELLA, L. **Cacofonia nas redes**. São Paulo: Educ, 2018, p. 97-116
- VICTOR, Cilene. 2016. **Crise humanitária e os refugiados da guerra e do clima: dos protocolos internacionais**. Líbero – São Paulo. <http://201.33.98.90/index.php/libero/article/view/285>>. Acesso em: 03 Maio 2020.
- WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. 4 ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

